

**PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI Nº 988 - RS  
(2018/0218374-8)**

**RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA**

**REQUERENTE : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**PROCURADOR : YASSODARA CAMOZZATO E OUTRO(S) - RS028743**

**A**

**REQUERIDO : IVO FERREIRA FILHO**

**ADVOGADO : LUÍS ALBERTO ELY BERGAMASCHI - RS063371**

**ADVOGADA : PAULA CRISTINA ELY BERGAMASCHI BERND -  
RS070837**

**DECISÃO**

**Vistos.**

Trata-se de Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei apresentado pelo **ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, contra decisão prolatada pela 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementada (fl. 82e):

***RECURSO INOMINADO. SEGUNDA TURMA RECURSAL DA FAZENDA PÚBLICA. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. POLICIAL CIVIL. ABONO DE PERMANÊNCIA. APOSENTADORIA ESPECIAL. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 51/85. NÃO INCIDÊNCIA DE IMPOSTO DE RENDA. VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO.***

- 1. Pretende a parte recorrente a reforma da sentença de procedência nos autos da ação em que a parte busca o pagamento de abono permanência, após o preenchimento dos requisitos da aposentadoria voluntária, arguindo a incidência de imposto de renda sobre os valores a serem pagos ao recorrido.*
- 2. O abono permanência é verba com nítido caráter indenizatório, não constituindo acréscimo patrimonial, pelo que não incide o Imposto de Renda.*
- 3. Assim, havendo a sentença do Magistrado a quo esgotado corretamente a questão, é de ser mantida, por seus próprios fundamentos.*

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados (fls. 97/100e).

Com amparo no art. 18, § 3º, da Lei n. 12.153/09, alega o Requerente, em síntese, que, o acórdão impugnado diverge do entendimento firmado pela Segunda Turma do Colégio Recursal da Fazenda Pública do Estado de São Paulo, em relação à

interpretação do art. 43 do CTN.

**Feito breve relato, decido.**

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

Nos termos do art. 932, III, IV e V, do Código de Processo Civil de 2015, combinados com os arts. 34, XVIII, b e c, e 255, I e II, do Regimento Interno desta Corte, o Relator está autorizado, por meio de decisão monocrática, respectivamente, a:

i) não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida;

ii) negar provimento a recurso ou pedido contrário à tese fixada em julgamento de recurso repetitivo ou de repercussão geral (arts. 1.036 a 1.041), a entendimento firmado em incidente de assunção de competência (art. 947), à súmula do Supremo Tribunal Federal ou desta Corte ou, ainda, à jurisprudência dominante acerca do tema, consoante Enunciado da Súmula n. 568/STJ; e

iii) dar provimento a recurso se o acórdão recorrido for contrário à tese fixada em julgamento de recurso repetitivo ou de repercussão geral (arts. 1.036 a 1.041), a entendimento firmado em incidente de assunção de competência (art. 947), à súmula do Supremo Tribunal Federal ou desta Corte ou, ainda, à jurisprudência dominante acerca do tema, consoante Enunciado da Súmula n. 568/STJ:

*“O Relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema”.*

De início, vale destacar que a competência desta Corte para apreciar pedido de uniformização de interpretação de lei federal decorre do art. 18, § 3º, e 19 da Lei n. 12.153/09, *in verbis*:

*Art. 18. Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei quando houver divergência entre decisões proferidas por Turmas Recursais sobre questões de direito material.*

*§ 1º O pedido fundado em divergência entre Turmas do mesmo Estado será julgado em reunião conjunta das Turmas em conflito, sob a presidência de desembargador indicado pelo Tribunal de Justiça.*

(...)

§ 3º Quando as Turmas de diferentes Estados derem a lei federal interpretações divergentes, ou quando a decisão proferida estiver em contrariedade com súmula do Superior Tribunal de Justiça, o pedido será por este julgado.

Art. 19. Quando a orientação acolhida pelas Turmas de Uniformização de que trata o § 1º do art. 18 contrariar súmula do Superior Tribunal de Justiça, a parte interessada poderá provocar a manifestação deste, que dirimirá a divergência. (destaque meu)

No caso dos autos, trata-se de divergência entre turmas recursais dos Juizados da Fazenda Pública, relativamente à interpretação do art. 43 do CTN, acerca da incidência do Imposto sobre a Renda sobre os valores recebidos a título de abono de permanência.

Esta Corte firmou posicionamento, em recurso repetitivo, segundo o qual incide imposto de renda sobre tais valores, como o demonstra o julgado assim ementado:

**TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. ABONO DE PERMANÊNCIA. INCIDÊNCIA DE IMPOSTO DE RENDA.**

*1. Sujeitam-se incidência do Imposto de Renda os rendimentos recebidos a título de abono de permanência a que se referem o § 19 do art. 40 da Constituição Federal, o § 5º do art. 2º e o § 1º do art. 3º da Emenda Constitucional 41/2003, e o art. 7º da Lei 10.887/2004. Não há lei que autorize considerar o abono de permanência como rendimento isento.*

*2. Recurso especial provido.*

(REsp 1192556/PE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 25/08/2010, DJe 06/09/2010)

Entretanto, a despeito da existência de entendimento sedimentado acerca da matéria em exame, não cabe a aplicação da orientação do Tribunal diretamente ao caso concreto, nas causas idênticas oriundas dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, impondo-se o retorno dos autos à origem, a fim de que seja observado o disposto no art. 19, § 6º, da Lei n. 12.153/2009.

Nessa linha: PUIL n. 982/RS, Rel. Min. Gurgel de Faria DJe de 8.3.2019; PUIL n. 306/RS, Rel. Min. Assusete Magalhães, DJe de 4.5.2017; PUIL n. 173/RS, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 18.11.2016.

Posto isso, com fundamento no art. 932, III, IV e V, do Código de Processo Civil de 2015, combinados com os arts. 34, XVIII, b e c, e 255, I e II, do

Regimento Interno desta Corte e art. 19, § 6ª, da Lei 12.153/2009, **determino o retorno dos autos à Turma Recursal de origem, possibilitando o exercício do juízo de retratação.**

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 04 de abril de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora

